

Demonstrações Financeiras

Águas do Paraíba S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Águas do Paraíba S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Águas do Paraíba S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Paraíba S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F.



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-RJ090174/O

Águas do Paraíba S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	86.231	21.947
Contas a receber de clientes	7	76.093	62.028
Estoques		1.792	1.166
Despesas antecipadas		216	593
Créditos com partes relacionadas	22	1.038	176
Tributos a recuperar	8	958	1.061
Outros ativos		950	443
		167.278	87.414
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	4.204	3.709
Tributos diferidos	19	3.534	3.966
Depósitos judiciais		9	9
Tributos a recuperar	8	48	-
Operações com derivativos	17	532	678
Ativo de direito de uso	10	27	43
Imobilizado	11	2.532	2.196
Ativo de contrato	12	55.188	60.948
Intangível	13	267.803	248.967
		333.877	320.516
Total do ativo		501.155	407.930

Águas do Paraíba S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	2.051	3.569
Empréstimos e financiamentos	15	22.834	66.046
Passivos de arrendamento	15	24	20
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	11.053	5.389
Obrigações tributárias	18	9.978	9.310
Obrigações trabalhistas		4.541	3.278
Obrigações com acionistas	22	14.135	31.000
ICMS a devolver a clientes	20	213	213
Débitos com partes relacionadas	22	2.048	1.487
Adiantamentos de clientes		265	276
Outras obrigações		947	1.746
		68.089	122.334
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	151.130	110.798
Passivos de arrendamento	15	10	30
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	96.019	11.994
Provisões para contingências	21	3.477	3.616
		250.636	126.438
Patrimônio líquido	23		
Capital social		116.500	116.500
Reservas de lucros		65.930	42.658
		182.430	159.158
Total do passivo e patrimônio líquido		501.155	407.930

Águas do Paraíba S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	24	291.631	255.560
Custo dos serviços prestados	25	(130.821)	(120.741)
Lucro bruto		160.810	134.819
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	(58.948)	(53.328)
Outras receitas operacionais		103	311
		(58.845)	(53.017)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		101.965	81.802
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	16.908	11.168
Despesas financeiras	27	(48.187)	(28.736)
		(31.279)	(17.568)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		70.686	64.234
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19b	(20.404)	(17.104)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19b	184	(4.520)
Lucro líquido do exercício		50.466	42.610

Águas do Paraíba S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	50.466	42.610
Total do resultado abrangente do exercício	50.466	42.610

Águas do Paraíba S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Retenção de Lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2021	116.500	13.632	35.551	66.430	-	232.113
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.610	42.610
Dividendos distribuídos	-	-	(18.135)	(66.430)	-	(84.565)
Proposta de destinação do resultado do exercício						-
Reserva legal	-	2.130	-	-	(2.130)	-
Reserva de investimentos	-	-	474	-	(474)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.120)	(10.120)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(20.880)	(20.880)
Retenção de lucros	-	-	-	9.006	(9.006)	-
Saldos 31 de dezembro de 2021	116.500	15.762	17.890	9.006	-	159.158
Lucro líquido do período	-	-	-	-	50.466	50.466
Dividendos distribuídos	-	-	-	(4.500)	-	(4.500)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(10.092)	-	(10.092)
Proposta de destinação do resultado do exercício						-
Reserva legal	-	2.523	-	-	(2.523)	-
Reserva de investimentos	-	-	1.798	-	(1.798)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(11.986)	(11.986)
Retenção de lucros	-	-	-	33.543	(34.159)	(616)
Saldos 31 de dezembro de 2022	116.500	18.285	19.688	27.957	-	182.430

Águas do Paraíba S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	70.686	64.234
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	21.435	21.284
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	27.273	19.539
Juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre debêntures e notas comerciais escriturais	13.866	2.118
Ganho (perda) com operações de <i>swap</i>	(12)	(1.320)
Variações monetárias e cambiais	1.247	110
Atualização monetária das contingências	397	1.260
Perdas de créditos das contas a receber	2.387	12.229
Reversões de contingências	(535)	(6.844)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	243	(62)
Ganho com derivativos	146	2.404
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(23.586)	(19.441)
Estoques	(626)	(16)
Depósitos judiciais	-	8
Tributos a recuperar	(2.228)	(1.102)
Despesas antecipadas	377	(568)
Outros ativos	(507)	324
Aplicações financeiras vinculadas	(495)	(2.039)
Fornecedores	(1.518)	1.724
Obrigações tributárias	(646)	65
Obrigações trabalhistas	1.263	294
Partes relacionadas, líquidas	(301)	157
Outras obrigações	(810)	(1.103)
	108.056	93.255
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(18.281)	(13.024)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos	(19.584)	(14.301)
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais	(7.569)	(1.988)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	62.622	63.942
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(959)	(753)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(34.235)	(34.698)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	124	148
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(35.070)	(35.303)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(41.929)	(120.999)
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais	89.108	-
Captações de empréstimos e financiamentos	11.115	15.096
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(21)	(66)
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais	(5.953)	(5.912)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(15.561)	(6.590)
Derivativos recebidos (pagos), líquidos	(27)	1.122
Caixa líquido gerado pelas (consumido pelas) atividades de financiamentos	36.732	(117.349)
Adição (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	64.284	(88.710)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.947	110.657
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	86.231	21.947

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas do Paraíba S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Av. Dr. José Alves de Azevedo, n.º 233, Centro, no Município de Campos dos Goytacazes - RJ - Brasil, controlada por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes e a Águas do Paraíba S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão oriundo da Concorrência Pública nº 001/96 de 16 de setembro de 1996, com prazo inicial de 30 anos prorrogáveis contados da data de emissão da ordem de serviço inicial, que foi em 14 de setembro de 1999. Em 23 de novembro de 2007, 20 de maio de 2015 e 6 março de 2020 foram assinados termos aditivos para prorrogação de mais 108, 72 e 180 meses, respectivamente, passando o término do contrato para setembro de 2059. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão.

A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

Pandemia de Covid-19

A Concessionária possui uma equipe médica, que continua acompanhando as suspeitas e casos de Covid-19, sempre seguindo as orientações das autoridades de saúde para manter a segurança de seus colaboradores e a continuidade de suas operações. Além disso, contam com o programa de vacinação contra a gripe.

A Administração da Concessionária analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19 e não foram identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (“CPCs”), as Interpretações Técnicas (“ICPCs”) e Orientações Técnicas (“OCPCs”) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 30 de março de 2023, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição.

Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão.

3.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

3.5. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

3.6. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

3.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.9. Arrendamentos

A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Concessionária como arrendatária

A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Concessionária reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Concessionária usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Concessionária aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%.

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Benefícios a empregados

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.

Plano de previdência privada de funcionários

Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a Concessionária, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela Concessionária, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a Concessionária.

3.13. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.16. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

3.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à estrutura conceitual.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. A Concessionária pretende adotar as mudanças para períodos futuros, caso se tornem aplicáveis.

3.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de seguro

Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Concessionária.

Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

A norma especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Concessionária.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis e divulgação de políticas contábeis

As alterações na norma esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, há o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. A Concessionária avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação

As alterações restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) *Vida útil dos ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber*

A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios:

i) Contas vencidas há mais de seis meses

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado.

ii) Contas vencidas há mais de um ano

Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta redutora de contas a receber.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Perdas gerenciais

São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social.

- Valores até R\$5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores até R\$15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 08/10/2014;
- Valores maiores que R\$30, vencidas há mais de um ano, emitidas até 07/10/2014;
- Valores maiores que R\$100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014.

d) Receita não faturada

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.15 e 7.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	86.132	86.132	21.265	21.265
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	150.943	150.943	138.587	138.587
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	4.204	4.204	3.709	3.709
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.051	2.051	3.569	3.569
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	173.964	173.964	176.844	176.844
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	34	34	50	50
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	107.072	107.072	17.383	17.383
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.048	2.048	1.487	1.487

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

5.2 – Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos, debêntures ou notas escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (“IPCA”), da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI.

A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI, IPCA, TJLP e SELIC para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	86.132	97.777	100.688	103.600
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(63.537)	(72.127)	(74.275)	(76.422)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(3.770)	(3.992)	(4.047)	(4.103)
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(1.999)	(2.254)	(2.318)	(2.381)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(106.179)	(113.675)	(115.555)	(117.423)
Debêntures e notas comerciais escriturais	CDI	(107.072)	(121.548)	(125.167)	(128.786)
Passivo líquido		<u>(196.425)</u>	<u>(215.819)</u>	<u>(220.674)</u>	<u>(225.515)</u>
Efeito líquido			<u>(19.394)</u>	<u>(24.249)</u>	<u>(29.090)</u>
CDI (a.a.)			13,52%		
IPCA (a.a.)			5,89%		
SELIC (a.a.)			12,75%		
TJLP (a.a.)			7,06%		

5.3 - Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	2.051	2.051	-	-
Empréstimos e financiamentos	173.964	22.983	27.003	126.251
Passivos de arrendamento	34	24	10	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	107.071	11.363	35.902	60.811
Débitos com partes relacionadas	2.048	2.048	-	-
	285.168	38.469	62.915	187.062
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	3.569	3.569	-	-
Empréstimos e financiamentos	176.845	66.358	15.184	97.738
Passivos de arrendamento	50	20	21	9
Debêntures e notas comerciais escriturais	17.383	5.521	6.112	6.112
Débitos com partes relacionadas	1.487	1.487	-	-
	199.334	76.955	21.317	103.859

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, debêntures e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	173.964	176.844
Passivos de arrendamento (Nota 15)	34	50
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 16)	107.072	17.383
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(86.231)	(21.947)
(-) Operações com derivativos (Nota 17)	(532)	(678)
Dívida líquida (a)	194.307	171.652
Total do patrimônio líquido (b)	182.430	159.158
Total do capital (a+b)	377.737	330.810
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	51,58%	51,88%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	99	682
Aplicações financeiras	86.132	21.265
	86.231	21.947

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (a)	132.610	122.826
Clientes - parcelamento (b)	17.632	15.246
Pontos arrecadadores (c)	701	515
Perdas de créditos das contas a receber	(74.850)	(76.559)
	76.093	62.028

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).

(b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.

(c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer		
Faturado	25.700	20.837
Não faturado	12.183	9.819
Vencidas		
Até 30 dias	13.204	9.826
De 31 a 60 dias	4.775	4.217
De 61 a 90 dias	3.039	2.467
De 91 a 180 dias	7.806	6.920
Mais de 180 dias	84.236	84.501
	150.943	138.587

8. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS	171	190
COFINS	787	871
	958	1.061

9. Aplicações financeiras vinculadas

O montante de R\$ 4.204 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.709 em 31 de dezembro de 2021) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

10. Ativo de direito de uso

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2022</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Imóveis	102	(75)	27	97	(54)	43
	102	(75)	27	97	(54)	43

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	43	4	(20)	27
	43	4	(20)	27

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	59	3	(19)	43
	59	3	(19)	43

11. Imobilizado

		31/12/2022		31/12/2021	
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	2.460	(1.576)	884	691
Veículos	20%	1.049	(376)	673	584
Máquinas e equipamentos	10%	204	(146)	58	78
Móveis e utensílios	10%	1.575	(685)	890	814
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	41	(14)	27	29
Outros Imobilizados	10%	87	(87)	-	-
		5.416	(2.884)	2.532	2.196

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	691	471	(3)	(275)	884
Veículos	584	277	(6)	(182)	673
Máquinas e equipamentos	78	-	(2)	(18)	58
Móveis e utensílios	814	211	(2)	(133)	890
Benfeitorias em imóveis de terceiros	29	-	-	(2)	27
	2.196	959	(13)	(610)	2.532

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Equipamentos de informática	757	197	(10)	(253)	691
Veículos	323	373	(3)	(109)	584
Veículos arrendados	13	-	(12)	(1)	-
Máquinas e equipamentos	98	7	(8)	(19)	78
Móveis e utensílios	751	176	-	(113)	814
Benfeitorias em imóveis de terceiros	31	-	-	(2)	29
	1.973	753	(33)	(497)	2.196

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Infraestrutura em construção	60.948	31.334	(37.094)	55.188
	60.948	31.334	(37.094)	55.188

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Infraestrutura em construção	61.586	32.559	(33.197)	60.948
	61.586	32.559	(33.197)	60.948

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R\$ 947 em 31 de dezembro de 2022, a uma taxa média ponderada de 11,46% a.a. (R\$ 1.788 e 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

13. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2022		31/12/2021	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	177	(160)	17	22
Desenvolvimento de projetos	20%	7.200	(7.200)	-	-
Concessão/Infraestrutura		395.843	(128.057)	267.786	248.945
		403.220	(135.417)	267.803	248.967

Os valores reconhecidos na linha concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2022 composto pelos seguintes ativos:

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	1.680	(539)	1.141	1.055
Aduadoras	4.699	(734)	3.965	3.598
Estação de Tratamento de Água - ETA	13.041	(6.118)	6.923	7.231
Reservatório	364	(50)	314	317
Substituição/Expansão de rede de água	93.416	(31.469)	61.947	55.193
Ligação de água	13.839	(1.743)	12.096	11.166
Ligação de esgoto	15.663	(1.624)	14.039	8.594
Substituição/Expansão de rede de esgoto	142.357	(53.237)	89.120	87.420
Elevatória - esgoto	13.206	(2.278)	10.928	7.541
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	57.481	(13.504)	43.977	42.152
Emissário	1.831	(295)	1.536	1.610
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.411	(3.327)	4.084	4.363
Máquinas e equipamentos	30.467	(12.959)	17.508	18.436
Máquinas e equipamentos - bens arrendados	388	(180)	208	269
	395.843	(128.057)	267.786	248.945

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2022
Softwares e aplicativos	22	7	-	(12)	-	17
Concessão/Infraestrutura	248.945	2.894	(354)	(20.793)	37.094	267.786
	248.967	2.901	(354)	(20.805)	37.094	267.803

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Softwares e aplicativos	33	6	-	(17)	-	22
Concessão/Infraestrutura	234.419	2.133	(53)	(20.751)	33.197	248.945
	234.452	2.139	(53)	(20.768)	33.197	248.967

As transferências ocorridas no exercício de 2022 e 2021 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

14. Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria	1.717	2.349
Serviços	56	48
Infraestrutura	265	561
Outros	13	611
	2.051	3.569

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

<u>Linha de Crédito</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME (a)	TLP/IPCA	taxa entre 3,50% e 6,72% a.a.	4.521	5.674
FINEM (b)	TJLP	3,99% a.a.	102.811	97.063
Automático (c)	SELIC/TJLP	4,20% e 6,00% a.a.	5.367	6.929
Capital de giro (d)	CDI	1,04% e 2,28% a.a.	63.537	69.614
(-) Custos de transação			(2.272)	(2.436)
Total de Empréstimos e Financiamentos			173.964	176.844
Circulante				
Não circulante				
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (e)		7,5% a.a.	34	50
Circulante				
Não circulante				
Endividamento total				
Endividamento total - Circulante				
Endividamento total - Não circulante				

- (a) A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2013 a 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R\$ 9.094 de valor contratado. Os contratos FINAME PSI foram celebrados com prazo de carência de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2023 e 2028.

Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval de Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

- (b) O contrato FINEM foi obtido no exercício de 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com R\$ 112.115 de valor contratado. O contrato foi celebrado com prazo de carência de 30 (trinta) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2038.

Esta operação tem como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Campos dos Goytacazes - RJ e é amparada por cessão fiduciária de direitos creditórios e conta reserva.

- (c) A linha de crédito "Automático" foi obtida no exercício 2015 junto ao BNDES com R\$ 18.983 de valor contratado. O contrato BNDES Automático foi celebrado com prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, durante o prazo de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2025.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Em novembro de 2019 a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 18.900. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com vencimento final para 2024. Em novembro de 2020 a Concessionária captou R\$ 50.000 de capital de giro, com vencimento para 2022. O contrato foi aditado e o vencimento foi prorrogado para 2027.

(e) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na nota 10.

Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	176.845	168.394
Captações	11.271	15.825
Juros e encargos financeiros	19.818	13.750
Variações monetárias	1.009	105
Amortização de principal	(15.561)	(6.590)
Amortização de juros	(19.581)	(14.280)
Custo de transação	(156)	(729)
Amortização dos custos de transação	319	369
Saldo final	173.964	176.844

Passivos de arrendamento

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	50	128
Adições e remensurações	4	3
Juros e encargos financeiros	4	6
Amortização de principal	(21)	(66)
Amortização de juros	(3)	(21)
Saldo final	34	50

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamento					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	15.184	(134)	15.050
2024	27.003	(148)	26.855	15.044	(134)	14.910
2025	20.084	(148)	19.936	8.139	(134)	8.005
Após 2025	106.166	(1.827)	104.339	74.555	(1.722)	72.833
	153.253	(2.123)	151.130	112.922	(2.124)	110.798

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Arrendamentos	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	21
2024	10	9
	10	30

16. Debêntures e notas comerciais escriturais

	Indexador	Juros	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	CDI	0,70% a.a.		
Debêntures				
Não conversíveis em ações			12.025	17.741
Juros e participações			3	5
Custos de transação a apropriar			(231)	(363)
Total de debêntures			11.797	17.383
Circulante			5.183	5.389
Não circulante			6.614	11.994
Notas comerciais escriturais	CDI	2,16% a.a.		
Principal			96.049	-
Juros e encargos			-	-
Custos de transação a apropriar			(774)	-
Total de notas comerciais escriturais			95.275	-
Circulante			5.870	-
Não circulante			89.405	-
Endividamento total			107.072	17.383
Endividamento total - Circulante			11.053	5.389
Endividamento total - Não Circulante			96.019	11.994

A movimentação das debêntures é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	17.383	23.160
Juros e encargos financeiros	1.428	1.987
Amortização de principal	(5.953)	(5.912)
Amortização de juros	(1.430)	(1.988)
Amortização dos custos de transação	132	131
Variações monetárias	237	5
Saldo final	11.797	17.383

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	-
Captações	90.000	-
Juros e encargos financeiros	12.187	-
Custo de transação	(892)	-
Amortização dos custos de transação	119	-
Amortização de juros	(6.139)	-
	<u>95.275</u>	-

As parcelas de longo prazo das debêntures têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Debêntures					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2023	-	-	-	6.112	(132)	5.980
2024	6.713	(99)	6.614	6.113	(99)	6.014
	<u>6.713</u>	<u>(99)</u>	<u>6.614</u>	<u>12.225</u>	<u>(231)</u>	<u>11.994</u>

As parcelas de longo prazo das notas comerciais escriturais têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Notas Comerciais		
	31/12/2022		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2024	29.189	(179)	29.010
2025	29.189	(179)	29.010
Após 2025	31.622	(237)	31.385
	<u>90.000</u>	<u>(595)</u>	<u>89.405</u>

Debêntures

Em 30 de setembro de 2014, foram emitidas 4.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 48.000, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, de Águas do Paraíba S.A. e com a intermediação da instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures apresentam prazo de vencimento de dez anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 30 de setembro de 2024, data em que a Águas do Paraíba S.A. se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu conseqüente cancelamento e pagamento de saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de vencimento.

A amortização do valor nominal unitário das debêntures foi firmada em dezessete parcelas semestrais, sendo a primeira desembolsada em 30 de setembro de 2016.

As debêntures têm o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente).

As debêntures possuem uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 9,90% ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 dias corridos. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente, iniciado em 30 de outubro de 2014.

Os recursos captados destinam-se a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento e possuem como garantia a outorga de fiança pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

Notas Comerciais Escriturais

Em 24 de janeiro de 2022, foram emitidas 90.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única, no valor nominal de R\$ 1, perfazendo o total de R\$ 90.000 para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora.

O prazo de vencimento da dívida é de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente.

Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro da Concessionária.

As debêntures e notas comerciais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2022.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Operações com derivativos

A Concessionária efetuou um contrato de *swap*, com mesmo prazo de duração da emissão das debêntures, com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos de *swap* estão assim representados:

Derivativo	Valor nocional	Vencimento	Valor a receber	
			31/12/2022	31/12/2021
SWAP	48.000	2024	<u>532</u>	<u>678</u>

Impacto no resultado

A Concessionária efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dos instrumentos financeiros derivativos no resultado. Desta forma, os impactos contabilizados no resultado foram de:

Derivativo	31/12/2022	31/12/2021
SWAP	<u>(146)</u>	<u>(2.404)</u>

18. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS/CSLL retidos	140	81
ISS	239	218
IRRF	555	124
PIS	1.344	1.281
COFINS	6.204	5.911
IRPJ	705	1.036
CSLL	791	659
	<u>9.978</u>	<u>9.310</u>

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Perdas de crédito das contas a receber	6.958	7.421
Provisões para contingências	1.182	1.216
Provisão participação nos lucros	338	285
Ganhos (perdas) com derivativos	(181)	(231)
Arrendamentos	2	3
Outros	45	27
Ativo fiscal diferido	8.344	8.721
Juros capitalizados	(1.706)	(1.439)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(3.033)	(3.226)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/ 2014	(71)	(90)
Passivo fiscal diferido	(4.810)	(4.755)
Tributos diferidos, líquidos	3.534	3.966

b) Conciliação da taxa efetiva:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	70.686	64.234
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(24.033)	(21.840)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes (despesas indedutíveis)	2.880	(593)
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo cultural - (Lei nº 8.313/91 - art. 18)	340	300
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	27	22
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)	377	316
Incentivo desportivo - (Lei nº 11.438/06 - art.3)	79	76
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.589/2018)	86	71
Total do imposto de renda e da contribuição social	(20.220)	(21.624)
Alíquota efetiva	28,61%	33,66%

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. ICMS a devolver – clientes

A Águas do Paraíba S.A. iniciou uma disputa judicial com o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água, obtendo, em 2006, decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um termo de operacionalização junto ao Ministério Público e o Município de Campos dos Goytacazes objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor de seus clientes. Em virtude da ordem judicial acima mencionada, a Concessionária aplicou um saldo inicial de R\$ 638 em uma Caderneta de Poupança do Banco do Brasil, em 18 de outubro de 2007, por um período de 5 (cinco) anos, com uma atualização mensal em média de 0,5%, iniciando, naquele mesmo ano, o processo de devolução de ICMS a seus clientes.

O valor do ICMS a devolver – Clientes em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 213.

21. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	300	417
Cíveis	3.177	3.199
Total	<u>3.477</u>	<u>3.616</u>

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativa de perda possível, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022 os valores de R\$ 25.411 para contingências cíveis (R\$ 22.887 em 31 de dezembro de 2021), R\$ 972 para contingências trabalhistas (R\$ 625 em 31 de dezembro de 2021), R\$ 28.324 para contingências tributárias (R\$ 25.668 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 1.506 para contingências ambientais.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo nº 0035537-83.2018.8.19.0014

Há, em curso, ação declaratória ajuizada pelo Serviço Social do Comércio SESC/ARRJ em face de Águas do Paraíba S.A., tendo por objeto o pedido de enquadramento tarifário na categoria de consumo público. Em 20 de maio de 2021, foi proferida sentença procedente para condenar a ré a proceder ao reenquadramento tarifário do autor na categoria pública e a devolver os valores cobrados a maior, desde a alteração tarifária. Em 10 de junho de 2021, Águas do Paraíba S.A. interpôs recurso de apelação, que se encontra pendente de julgamento.

Processo nº 0015039-49.2007.8.19.0014

Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Julio Cesar Pessanha Alves em face de Águas do Paraíba S.A. e Município de Campos dos Goytacazes, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter o autor caído em um buraco supostamente aberto pela Concessionária, incorrendo em danos na arcada dentária. Após contestado o feito, o Juízo deferiu antecipação de tutela em relação ao Município réu para realizar o tratamento odontológico do autor. Posteriormente, foi feita perícia técnica por profissional cirurgião dentista. O Juízo indeferiu a realização de perícia técnica de engenharia, através da qual se pretendia provar que a Concessionária não era responsável pelo local que ocasionou o acidente. Foi prolatada sentença julgando procedente o pedido de danos morais. O valor da causa atualizada é de R\$ 1.270, solidariamente em face dos dois réus. A Concessionária interpôs recurso de apelação e, após os devidos trâmites, foi prolatado acórdão negando provimento ao nosso recurso. Foi interposto recurso especial, tendo o autor apresentado contrarrazões. Atualmente, o processo está aguardando juízo de admissibilidade do recurso especial, para ser julgado pelo STJ.

Processo nº 0037294-30.2009.8.19.0014

Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Ilcineia Pereira Miranda em face de Águas do Paraíba S.A., buscando reparação por danos morais e estéticos em razão de ter caído em um logradouro desnivelado. Após contestado o feito, foi distribuída por dependência medida cautelar incidental de produção de prova, autuada sob o nº 0026559-98.2010.8.19.0014, na qual foi realizada perícia técnica de engenharia, que, por sua vez, já foi impugnada pela Concessionária. O pedido da ação é de 160 salários mínimos, mais pensão de 2 salários mínimos por mês desde o evento e até quando durar a incapacidade da demandante. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos autorais. Foi interposto recurso de apelação pela autora. Processo atualmente aguardando a intimação da Concessionária para apresentação de contrarrazões ao recurso da autora.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo nº 0004569-75.2015.8.19.0014

Trata-se de demanda indenizatória ajuizada por Genilson Robes de Souza Junior em face de Águas do Paraíba S.A. e João Batista Machado, buscando reparação por danos morais, materiais e estéticos em razão de ter sofrido acidente envolvendo uma retroescavadeira conduzida por funcionário da Concessionária. Após contestado o feito, o Juízo indeferiu a realização de perícia técnica. O valor da causa atualizado é de R\$ 872, referente a danos morais e danos estéticos, mais lucros cessantes e pensão vitalícia no equivalente à redução da capacidade de trabalho do autor. Houve audiência sem acordo. Atualmente, o processo está aguardando prolação de sentença.

Processo 10725.720766/2020-44

Autos de Infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2015 em função de glosa de despesas incorridas pela empresa em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa é de R\$ 28.324. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento de Recurso de Ofício pelo CARF.

22. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.106 (R\$ 1.106 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações	835	350
Encargos sociais	236	116
Plano de saúde	22	10
Plano de previdência privada	1	6
Outros	12	6
	1.106	488

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resumo das transações com partes relacionadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas de Nova Friburgo Ltda	1	-
Rio+ Saneamento BL3 S.A	4	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	<u>1.033</u>	<u>176</u>
Total do ativo circulante	<u>1.038</u>	<u>176</u>
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas (b)		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	150	329
ERG Participações Ltda.	258	567
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	150	330
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	27	58
Synval Filgueiras de Moraes Junior	212	464
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	283	620
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	212	465
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	<u>12.843</u>	<u>28.167</u>
	<u>14.135</u>	<u>31.000</u>
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	1.911	1.487
Águas do Paraíba S.A.	<u>137</u>	<u>-</u>
	<u>2.048</u>	<u>1.487</u>
Total do passivo circulante	<u>16.183</u>	<u>32.487</u>
Resultado com partes relacionadas		
Contrato de gestão - <i>Management Fee</i> (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	<u>(12.544)</u>	<u>(10.885)</u>

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.

(b) Os valores correspondem aos dividendos a pagar.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 116.500 (R\$ 116.500 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 8.000 (oito mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.670 (duas mil, seiscentas e setenta) ações ordinárias e 5.330 (cinco mil, trezentas e trinta) ações preferenciais.

Posição acionária	ON	PN	Total	% Capital Total
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A	2.536	4.733	7.269	94,98%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	40	80	120	1,50%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	54	106	160	2,02%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Nolli	40	80	120	1,50%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	15	15	-
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	85	85	-
ERG Participações Ltda.	-	146	146	-
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	85	85	-
Total	2.670	5.330	8.000	100%

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de dezembro de 2022 foram distribuídos dividendos extraordinários no total de R\$ 4.500, mediante reversão de reserva de retenção de lucros. No decorrer do exercício de 2022 houve destinação de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 10.092, sendo R\$ 1.514 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R\$ 8.578 para distribuição aos acionistas.

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido	50.465	42.610
Constituição da reserva legal - 5%	(2.523)	(2.130)
Base de cálculo dos dividendos	47.942	40.480
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	11.986	10.120

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

24. Receita líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de prestação de serviços	311.475	260.502
Receita de construção	31.952	31.059
Cancelamentos	(12.429)	(953)
Receita Bruta	330.998	290.608
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(26.470)	(22.884)
Descontos concedidos	(12.897)	(12.164)
Receita líquida	291.631	255.560

25. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(2.285)	(2.184)
Energia elétrica	(16.402)	(16.586)
Custo de construção	(31.952)	(31.059)
Materiais aplicados nos serviços	(11.289)	(9.535)
Salários e benefícios a empregados	(26.404)	(22.307)
Utilização de imóveis e telefonia	(1.308)	(643)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(5.547)	(4.404)
Serviços de terceiros	(15.602)	(14.021)
Depreciações e amortizações	(19.573)	(19.475)
Outros custos	(459)	(527)
	(130.821)	(120.741)

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e benefícios a empregados	(19.122)	(16.705)
Utilização de imóveis e telefonia	(1.562)	(1.124)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.263)	(1.192)
Serviços de terceiros	(26.660)	(22.012)
Despesas com contencioso	(1.084)	(741)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(309)	(276)
Depreciações e amortizações	(345)	(287)
Perdas de crédito das contas a receber	(2.387)	(12.229)
Reversões de contingências	535	6.844
Outras despesas	(6.751)	(5.606)
	(58.948)	(53.328)

27. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	11.732	5.419
Juros e multas vinculadas à operação	5.369	4.696
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(809)	(538)
Variação monetária sobre outros ativos	5	29
Ganhos com operações de <i>swap</i>	262	1.320
Ganhos com derivativos	323	128
Outras receitas financeiras	26	114
	16.908	11.168
Despesas financeiras		
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	(33.433)	(15.737)
Juros de arrendamentos	(4)	(6)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.247)	(110)
Atualização monetária das contingências	(397)	(1.260)
Tributos sobre operações financeiras	(22)	(159)
Descontos concedidos	(12.500)	(10.110)
Perdas com operações de <i>swap</i>	(250)	-
Perdas com derivativos	(469)	(2.532)
Outras despesas financeiras	(812)	(610)
	(48.187)	(28.736)
Resultado financeiro	(31.279)	(17.568)

Águas do Paraíba S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Seguros

O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2022 a 27/09/2023	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2023 a 17/01/2024	13.000
Riscos operacionais	30/12/2022 a 17/01/2024	75.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2022 a 31/12/2023	80.813
Riscos ambientais	22/12/2022 a 22/12/2023	5.000
Garantia de concessão	14/09/2022 a 14/09/2023	7.158
Seguro de veículos	20/08/2022 a 20/08/2023	8.900
Garantia judicial	27/05/2020 a 25/03/2024	9.046

29. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição de direito de uso	(4)	(3)
Juros capitalizados	(947)	-
IRRF sobre swap	39	198